



AUTENTICO a presente cópia reprográfica que confere com o original que me foi apresentada, dou fé.

Itapema(SC), 31 de julho de 2013. Em Test. _____ da verdade.

ANDRESSA LEMOS DA SILVA - Escrevente Notarial

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - DDY06412-L7-1

Emol: R\$ 2,46 Selo: R\$ 1,35 Total: R\$ 3,80

"Confira os dados do ato em: <http://selo.jsc.jus.br>"

PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
PASQUALOTTO & GT INCORPORADORA LTDA
CNPJ: 17.550.769/0001-86

Os infra-assinados:

ALJ PARTICIPAÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.993.067/0001-04, com sede e foro na Avenida Nereu Ramos, nº 5055, Sala 11, Edifício Atlantic Paradise Towers, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema – SC, CEP 88220-000, com seu contrato social registrado na junta Comercial do Estado de Santa Catarina – NIRE 42204929894 e última alteração registrada sob nº 20130293407 em data de 25/01/2013 representada neste ato pelo seu sócio administrador LINDOMAR PASQUALOTTO, brasileiro, divorciado, empresário, nascido aos 11/09/1956, C.I. 4.264.324-4-SSP/SC e CPF/MF 211.554.029-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Nereu Ramos, nº 2623, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/SC, CEP 88220-000 e **LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 16.611.828/0001-16, com sede a Rua Ângelo Domingos Durigan, nº 607, casa, Bairro Cascatinha, no município de Curitiba/PR, com seu contrato social registrado na junta Comercial do Estado do Paraná – NIRE nº 41207394940 em data de 16/07/2012, neste ato representada por seu sócio administrador, GENINHO THOMÉ, brasileiro, divorciado, cirurgião dentista, portador da cédula de identidade RG nº 1.033.580 SSP/PR, inscrito no CPF nº 155.763.029-15, residente e domiciliado a Rua Coronel Dulcídio, nº 1020, apto 221, Bairro Batel, na cidade de Curitiba/PR, CEP 80420-170, únicos sócios componentes da sociedade limitada sob a denominação social **PASQUALOTTO & GT INCORPORADORA LTDA** estabelecida na Avenida Nereu Ramos, nº 5055, Sala 9-A, Edifício Atlantic Paradise Towers, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/ SC, CEP 88220-000, com seu contrato social registrado na junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em sessão de 31/01/2013 – NIRE 42204974610, por esta e na melhor forma de direito, resolvem alterar o referido contrato social, como a seguir se contrata:

Cláusula primeira: A sócia **ALJ PARTICIPAÇÕES LTDA.** retira-se da sociedade vendendo e transferindo os direitos e obrigações de suas quotas capitais, equivalentes a 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para **L & A PARTICIPAÇÕES LTDA.** inscrita no CNPJ sob n. 18.000.975/0001-85, com sede na Avenida Nereu Ramos, nº 5055, Sala 11, Edifício Atlantic Paradise Towers, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/ SC, CEP 88220-000, com seu contrato social registrado na junta Comercial do Estado de Santa Catarina, em sessão de 22/04/2013 – NIRE 42205012145, representada por seu administrador **LINDOMAR PASQUALOTTO**, brasileiro, empresário, divorciado, portador do CPF nº 211.554.029-87, Cédula de Identidade RG nº 4.264.324-4, expedida pela SSP-SC, nascido em Guaporé-RS, em 11.09.1956, residente e domiciliado na Rua 306, nº 50, Apto 402, Edifício Belle Vie, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/SC, CEP 88220-000, declarando ter recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade, nada mais tendo sobre ela a reclamar, seja a que título for, nem dos cessionários e nem da sociedade, dando-lhes plena, rasa e irrevogável quitação.

Cláusula segunda: Por conta da presente cessão que se opera, a sócia ingressante **L & A PARTICIPAÇÕES LTDA**, sub-roga-se na obrigação de fazer a integralização do valor total das quotas compromissadas no contrato originário, equivalentes a 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), até a data de 31.12.2013.

Cláusula terceira: Operando-se a cessão e a transferência, o capital social fica assim distribuído:

Sócios	Quotas	Valor Subscrito em reais	Participação
L & A PARTICIPAÇÕES LTDA	600.000	R\$ 600.000,00	60%
LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	400.000	R\$ 400.000,00	40%
TOTAL	1.000.000	R\$ 1.000.000,00	100%

L & A PARTICIPAÇÕES LTDA terá 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que correspondem ao percentual do capital social equivalente a 60,00% (sessenta por cento);

LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA terá 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), que correspondem ao percentual do capital social da empresa equivalente a 40,00% (quarenta por cento);

Cláusula quarta: A cláusula sétima (7ª) do contrato social registrado em sessão de 31.01.2013, sob o nº 42204974610 – Da Administração – passa a ter a seguinte redação:

*"A sociedade será administrada pelo não sócio, Sr. **LINDOMAR PASQUALOTTO**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido aos 11/09/1956, C.I. 4.264.324-4-SSP/SC e CPF/MF 211.554.029-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Nereu Ramos, nº 2623, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/SC, CEP 88220-000, possuindo poderes para, além de dirigir e conduzir os trabalhos técnicos decorrentes da atividade da sociedade, também gerir, dirigir e conduzir os negócios desta sociedade, fazer sua representação em juízo ou fora dele, bem como perante quaisquer instituições ou órgãos públicos ou privados, podendo para tanto, movimentar contas bancárias e realizar transações financeiras, admitir ou dispensar empregados, contratar e descontratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, enfim, praticar todos os atos de comércio e de administração da sociedade."*

Cláusula quinta: Por este e na melhor forma de direito, em consonância com o que determina o art. 2.031 da Lei 10.406/2002, os sócios resolvem **consolidar seu Contrato Social e demais alterações**, que passará a reger-se pelo que está contido nas cláusulas a seguir:

Da denominação, objeto, sede e prazo de duração.



AUTENTICO a presente cópia reprográfica que confere com o original que me foi apresentada, dou fé.

Itapema(SC), 31 de julho de 2013. Em Test. _____ da verdade.

ANDRESSA LEMOS DA SILVA - Escrevente Notarial

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - DDY06/14-5285

Emol: R\$ 2,45 Selo: R\$ 1,35 Total: R\$ 3,80

"Confira os dados do ato em <http://sede.tjsc.jus.br>"

Cláusula primeira: A sociedade gira sob a denominação social "**PASQUALOTTO & GT INCORPORADORA LTDA**" com natureza jurídica de sociedade limitada que será regida por este contrato social, pela lei 10.406/2002 e supletivamente pela lei das Sociedades Anônimas.

Cláusula segunda: O objeto da sociedade é especificamente: a construção, incorporação e venda de empreendimentos comerciais e residenciais distintos ainda não nominados e que serão edificadas nas: **ZONA 1**, localizada no endereço da Avenida Nereu Ramos, Meia Praia no Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, junto as matrículas 29.096, 29.097, 29.098, 29.099 e 29.100 do Registro de Imóveis da comarca de Itapema/SC, e **ZONA 2** localizada no endereço da Avenida Nereu Ramos, Meia Praia no Município de Itapema, Estado de Santa Catarina, junto as matrículas 29.071, 29.072, 29.073, 29.074, 29.075, 29.076, 29.077, 29.078, 29.079, 29.080, 29.081, 29.082, 29.083, 29.084, 29.085, 29.086, 29.087, 29.088, 29.089, 29.090, 29.091, 29.092, 29.093 e 29.094 do Registro de Imóveis da comarca de Itapema/SC, **tratando-se de uma Sociedade com Propósito Específico com base na lei nº 10.406/2002.**

Parágrafo único: A responsabilidade técnica dos serviços perante os órgãos competentes será exercida por profissional habilitado, que será inscrito perante o CREA.

Cláusula terceira: A sociedade tem sua sede social localizada na Avenida Nereu Ramos, nº 5055, Sala 9-A, Edifício Atlantic Paradise Towers, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema – SC, CEP 88220-000.

Cláusula quarta: A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Janeiro de 2013 e seu tempo de duração será o estritamente necessário para a consecução do objeto social.

Do Capital e das Quotas

Cláusula quinta: O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), constituídos de 1.000.000 (um milhão de quotas) do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, a serem integralizados até 31.12.2013, assim distribuídos:

Sócios	Quotas	Valor Subscrito em reais	Participação
L & A PARTICIPAÇÕES LTDA	600.000	R\$ 600.000,00	60%
LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	400.000	R\$ 400.000,00	40%
TOTAL	1.000.000	R\$ 1.000.000,00	100%

L & A PARTICIPAÇÕES LTDA terá 600.000 (seiscentas mil) quotas, no valor total de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), que correspondem ao percentual do capital social equivalente a 60,00% (sessenta por cento);

LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA terá 400.000 (quatrocentas mil) quotas, no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), que



correspondem ao percentual do capital social da empresa equivalente a 40,00% (quarenta por cento);

Cláusula sexta: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo primeiro: Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazos previstos para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado para que no prazo de 30 (trinta) dias estabeleça o cumprimento de suas obrigações, sob pena de restar constituído em mora.

Parágrafo segundo: Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluindo o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

Parágrafo terceiro: As quotas sociais também não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, sem autorização dos outros sócios.

Parágrafo quarto: O aumento de capital social também poderá ocorrer mediante integralização de bens, caso em que o valor poderá ser aquele acordado entre os sócios ou pelo valor constante em laudo de avaliação.

Parágrafo quinto: Ocorrendo aumento de capital, aos sócios é permitido o direito de subscrição, na proporção das participações que os mesmos possuíam na época do aumento. Se algum sócio preferir não exercer seu direito de subscrição, este será transferido aos demais sócios.

Parágrafo sexto: As condições ajustadas neste contrato obrigam em todos os seus termos, tanto as partes nominadas, como também seus herdeiros e/ou sucessores.

Parágrafo sétimo: A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social e o respectivo consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Parágrafo oitavo: Será permitido aos sócios realizarem modificações (alteração, acréscimo ou subtração) aos dispositivos do presente contrato através de Acordo de Quotistas, que poderá ou não ser levado a registro (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), o qual deverá, necessariamente, conter a assinatura de todos os sócios integrantes da sociedade, situação que ocorrendo, valerá entre estes.

Parágrafo nono: Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

Parágrafo décimo: Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.

Da Administração

Cláusula sétima: A sociedade será administrada pelo não sócio, Sr. **LINDOMAR PASQUALOTTO**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido aos 11/09/1956, C.I. 4.264.324-4-SSP/SC e CPF/MF 211.554.029-87, residente e domiciliado nesta cidade, na Av. Nereu Ramos, nº 2623, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema/SC, CEP 88220-000, possuindo poderes para, além de dirigir e conduzir os trabalhos técnicos decorrentes da atividade da sociedade, também gerir, dirigir e conduzir os negócios desta sociedade, fazer sua representação em juízo ou fora dele, bem como perante quaisquer instituições ou órgãos públicos ou privados, podendo para tanto, movimentar contas bancárias e realizar transações financeiras, admitir ou dispensar empregados, contratar e descontratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, enfim, praticar todos os atos de comércio e de administração da sociedade.

Parágrafo primeiro: O administrador nomeado declara neste ato, que não está impedido por lei especial e nem condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme disposto no Código Civil, artigo 1011, § 1º, não estando, por conseguinte, incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade mercantil ou o cargo de administrador.

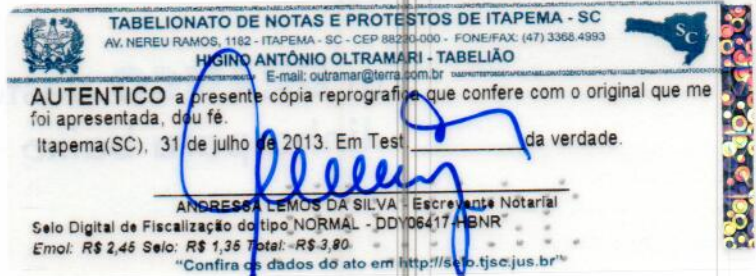
Parágrafo segundo: Sem prejuízo de reuniões oportunamente convocadas, é assegurado a todos os sócios a obtenção de informações a respeito do andamento dos negócios, extratos de contas em bancos, planilhas, contas a pagar, contas a receber, folha de pagamento, bastando para tanto apresentação de solicitação formal à sociedade.

Parágrafo terceiro: O administrador fará jus, para remunerar os serviços de administração, à retirada mensal a título de pró-labore, em valor a ser estabelecido, pelos sócios em reunião especialmente convocada para estes fins.

Parágrafo quarto: A sociedade empresária poderá, por deliberação do voto da maioria das quotas sociais, ser administrada por terceiros não sócio, isoladamente ou em conjunto com outro sócio, porem, obedecerá às disposições previstas no artigo 1.061 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo quinto: A sociedade somente se obriga por ato ou assinatura dos sócios e administrador, se houver este agido de encontro com os interesses sociais e dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento e mandato.

Parágrafo sexto: O administrador será dispensado de prestar caução em garantia de sua gestão, porem responderá solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados especialmente se verificada a culpa no desempenho de suas funções.



Parágrafo sétimo: Nos quatro primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, o administrador prestará aos sócios, contas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Cláusula oitava: Os sócios, assim como o administrador não sócio, se houver, salvo deliberação que aprove, ficam proibidos de usar a denominação social em negócios estranhos ao objeto social, bem como de prestar avais, fianças ou cauções em nome da sociedade, ainda que em favor de qualquer dos sócios.

Cláusula nona: Os atos reservados a competência de profissões legalmente regulamentadas serão exclusivamente praticadas pelos sócios que preencham tal condição, ou mediante a contratação de terceiros, detentores de inscrição no respectivo órgão fiscalizador.

Das Reuniões

Cláusula décima: As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião, que poderá ser convocada por quaisquer deles ou por administrador não sócio, se houver, a qualquer tempo, mediante simples convocação verbal.

Parágrafo primeiro: Não é obrigatória a realização de reuniões periódicas em datas pré-estabelecidas, devendo elas ser convocadas segundo critério de oportunidade e conveniência.

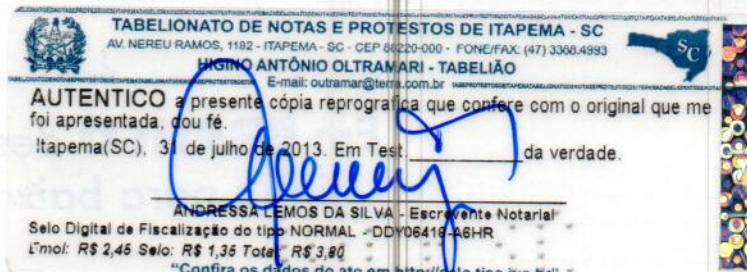
Parágrafo segundo: Não comparecendo os sócios à reunião verbalmente convocada, deverá o sócio interessado convocar o outro para nova reunião em data diversa, com antecedência mínima de vinte (20) dias, por escrito via intermédio dos correios mediante correspondência com aviso de recebimento e ou por e-mail com aviso de recebimento, em cujo comunicado informará hora, local e pauta, que necessariamente acontecerá na cidade sede do empreendimento.

Parágrafo terceiro: Não sendo possível a certificação sobre a convocação de algum sócio nas modalidades acima, poderá o sócio interessado utilizar-se, depois de esgotadas as opções propostas, de anúncio de convocação através da publicação, por 02 (duas) vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a segunda o prazo de 07 (sete) dias, nos órgãos oficiais do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade e em jornal de circulação local.

Parágrafo quarto: Dispensa-se às formalidades de convocação previstas neste contrato quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo quinto: A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto da mesma.

Parágrafo sexto: Tomadas as providências constantes para a convocação da reunião e mesmo assim não comparecendo à reunião sócios que representem mais de 50% (cinquenta por cento)



do capital social, a reunião não será realizada e os temas que seriam nela discutidos não poderão ser implementados.

Parágrafo sétimo: As quotas são indivisíveis e as deliberações nas reuniões serão tomadas por maioria de votos, contados segundo a quantidade de quotas de cada um, valendo cada quota um voto.

Parágrafo oitavo: Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, advogado ou procurador, mediante outorga de mandato com especificação dos poderes, via instrumento público. Os sócios poderão realizar e participar de reuniões de sócios através de conferência telefônica, videoconferência ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todos os sócios presentes na reunião possam ouvir uns aos outros, e os sócios que participarem da reunião de sócios nestes termos serão considerados presentes.

Parágrafo nono: Serão considerados também presentes os sócios que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita.

Parágrafo décimo: As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, observando, no entanto, a decisão pela maioria dos votos, que será sempre de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) voto.

Parágrafo décimo primeiro: A sociedade empresária não terá livro de atas para a transcrição dos temas tratados em reuniões. As decisões relevantes nelas tomadas, que possam interferir no interesse de terceiros em relação à sociedade, serão lavradas em documento próprio que poderá ser apresentado à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina para registro e ou em Cartório de Títulos e Documentos.

Retirada ou Morte, ou Exclusão de Sócio

Cláusula décima primeira: Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 90 (noventa) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único: Se nenhum dos sócios usar do direito de preferência, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Cláusula décima segunda: Caso venham a integrar a sociedade quotista na qualidade de pessoa física, ocorrendo o falecimento, não dissolverá a sociedade, que poderá continuar com os herdeiros do "de cujos". Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo primeiro: Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo "de cujos", incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE ITAPEMA - SC
AV. NEREU RAMOS, 1182 - ITAPEMA - SC - CEP 85220-000 FONE/FAX: (47) 3368.4993
HIGINO ANTÔNIO OLTRAMARI - TABELIÃO
E-mail: outramar@terra.com.br

AUTENTICO a presente cópia reprográfica que confere com o original que me foi apresentada, dou fé.
Itapema(SC), 31 de julho de 2013. Em Test. _____ da verdade.

ANDRESSA LEMOS DA SILVA - Escrivã de Notas
Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - DDY06419-P282
Emol: R\$ 2,45 Selo: R\$ 1,35 Total: R\$ 3,80
"Confira os dados do ato em <http://selo.jsc.jus.br>"

Parágrafo segundo: Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade, observando, contudo, os dispositivos acima quanto a preferência entre os demais sócios.

Cláusula décima terceira: Os sócios representantes de no mínimo 90% (noventa por cento) do capital social poderão deliberar em reunião de sócios, excluir da sociedade, por **justa causa**, um ou mais sócios que estejam pondo em risco a continuidade da empresa, devendo ser apurados os respectivos haveres através de demonstrações contábeis da sociedade na data do evento. Nesta hipótese de exclusão de sócios, será levantado um Balanço Patrimonial na data da saída, e com base nestas demonstrações contábeis será apurado o quinhão de sócio, que será reembolsado em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem acréscimo de quaisquer valores, mesmo a título de juros.

Parágrafo primeiro: Considera-se justa causa, assim entendida pelas hipóteses previstas em Lei, tais como atos de improbidade, concorrência desleal, falência ou insolvência, e/ou ainda atos que ponha em risco a continuidade da empresa, em virtude de condutas de inegável gravidade.

Parágrafo segundo: Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

Parágrafo terceiro: A exclusão será resolvida em reunião especialmente convocada para esse fim, dando-se ciência antecipada de dez (10) dias úteis ao sócio que se pretende excluir e permitindo-lhe o exercício do direito de defesa. O não comparecimento à reunião será considerado renúncia ao direito de defesa.

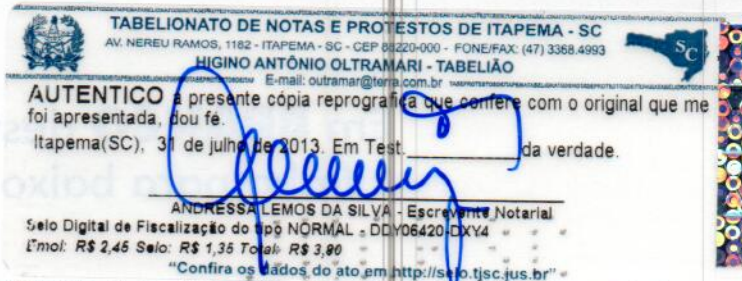
Cláusula décima quarta: Havendo redução de sócios à unipessoalidade, a pluralidade de sócios deverá ser reconstituída em até cento e oitenta (180) dias, sob pena de dissolução da sociedade.

Cláusula décima quinta: Podem os sócios remanescentes suprir os valores das quotas dos sócios retirantes.

Cláusula décima sexta: A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos depois de averbada a resolução da sociedade.

Do Exercício Social

Cláusula décima sétima: Os balanços da sociedade serão levantados no dia 31 de dezembro de cada ano, ou em data diversa, inclusive trimestral ou mensal, segundo a conveniência dos sócios ou as disposições das leis fiscais e/ou comerciais, e os resultados positivos apurados, depois de excluídas as reservas, as provisões legais e opcionais, e de compensados os eventuais prejuízos acumulados, serão mantidos em conta do patrimônio líquido ou



distribuídos entre os sócios proporcionalmente à participação de cada um deles no capital social, sendo que estes participam dos lucros e perdas na proporção das suas respectivas quotas.

Parágrafo primeiro: Na eventualidade de ser apurado prejuízo em balanço, será ele compensado com as contas do patrimônio líquido passíveis de compensação. Caso o saldo das contas não seja suficiente para absorvê-lo integralmente, o restante permanecerá em conta de prejuízo acumulado para compensação com lucros futuros.

Parágrafo segundo: Na hipótese de levantamento de balanço mensal, trimestral ou outro período definido, os lucros e perdas também serão apurados, distribuídos e ou repostos mesmo prazo de seu levantamento.

Dissolução da Sociedade e Impedimentos

Cláusula décima oitava: A ausência ou impedimento judicial de um dos sócios também não dissolve esta sociedade, devendo o ausente ou impedido ser representado por pessoa judicialmente designada.

Parágrafo primeiro: Em caso de liquidação da sociedade, que poderá ser decidida a qualquer tempo, exercerá o cargo de liquidante a pessoa designada pela maioria dos sócios, com todos os poderes próprios à liquidação, cuja pessoa poderá ser um dos sócios.

Parágrafo segundo: A sociedade poderá também ser dissolvida em razão da ocorrência de hipótese prevista em lei.

Parágrafo terceiro: Dissolvida a sociedade, sua liquidação será procedida, no que couber, de conformidade com o disposto nos artigos 1.102 a 1.112 do Código Civil.

Cláusula décima nona: Os sócios declaram que não estão impedidos por lei especial e nem condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme disposto no Código Civil, artigo 1.011, § 1º, não estando, por conseguinte, incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil ou o cargo de administrador.

Recuperação Judicial E Extrajudicial

Cláusula vigésima: A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial por deliberação dos sócios, observada maioria do capital social.

Regência

Cláusula vigésima primeira: A sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei Das Sociedades Por Ações). Este Contrato Social será regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil.

Acordo De Quotistas

Cláusula vigésima segunda: A sociedade, os sócios e administradores observarão os termos de todos e quaisquer acordos de quotistas arquivados na sede social que estiverem em vigor, sejam estes levados a efeito de registro público ou não. Qualquer deliberação dos sócios em desacordo com o disposto em quaisquer dos referidos acordos de quotistas será considerada nula e sem efeito.

Foro

Cláusula vigésima terceira: As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Itapema - SC., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual forma e tear, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais.

Itapema-SC, sexta-feira, 25 de abril de 2013.

ALJ PARTICIPAÇÕES LTDA.

Por seu administrador: **LINDOMAR PASQUALOTTO**

L & A PARTICIPAÇÕES LTDA

Por seu administrador: **LINDOMAR PASQUALOTTO**

LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Por seu sócio administrador: **GENINHO THOMÉ**

TESTEMUNHAS:

Aline Kremer Alves
CPF: 082.685.009-05
RG: 5.717.557 SSP/SC

CAIO PELLONE MACQUES
CPF: 081.585.169-39
RG: 4.944.200 SSP/SC



TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE ITAPEMA - SC

AV. NEREU RAIMOS, 1182 - ITAPEMA - SC - CEP 88220-000 - FONE/FAX: (47) 3368.4993

HIGINO ANTÔNIO OLTRAMARI - TABELIÃO

E-mail: outramar@terra.com.br

AUTENTICO a presente cópia reprográfada que confere com o original que me
foi apresentada, dou fé.
Itapema(SC), 31 de junho de 2013. Em Test. da verdade.

ANDRESSA LEMOS DA SILVA - Escrevente Notarial

Selo Digital de Fiscalização do tipo NORMAL - DDY06422-KCB2

Emol: R\$ 2,45 Selo: R\$ 1,35 Total: R\$ 3,80

"Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br>"



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 05/06/2013 SOB Nº: 20131114662

Protocolo: 13/111466-2, DE 15/05/2013

Empresa: 42 2 0497461 0
PASQUALOTTO & GT
INCORPORADORA LTDA

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL